

Fim da Greve depende de Dilma

A batalha continua. O governo Dilma não mostrou nenhum empenho em negociar com os docentes e tentou empurrar goela abaixo uma proposta pronta, que nada tem a ver com a nossa pauta de reivindicações. A forma truculenta, irresponsável e desrespeitosa no trato com os docentes só mostra a falta de compromisso do governo do PT com a Educação. Tal situação chegou ao Parlamento, onde senadores articulam uma audiência pública para esta semana.

▶ Nunca houve diálogo e muito menos negociação.

O governo não negociou, simplesmente impôs um contrato. Levou para a mesa propostas que não asseguram a progressão na carreira e muito menos o Projeto de Educação que buscamos.

Desde o início o governo ignorou o movimento paredista. Quando, finalmente, decidiu que precisava negociar, a greve completava 60 dias. O governo apresentou duas propostas. Sem nenhum embasamento, elas intensificam a desestruturação da carreira e acarreta perdas salariais. Um absurdo!

De forma unilateral e arbitrária, o governo decidiu encerrar o processo de negociação após assinar um acordo com uma entidade sem qualquer representatividade na base da categoria. Principalmente, porque o tal acordo não pôs fim à greve em mais de 90% da Rede Federal de Ensino, incluindo os Institutos Federais e as universidades.

▶ Nossa luta não é por migalhas

É por um plano de carreira, pelo fim da precarização do sistema educacional, pela sobrevivência da universidade pública. Por um conjunto de elementos e princípios que apontam para um compromisso da universidade

com a sociedade.

O governo não se importa com a qualidade do trabalho docente. O Plano de Carreira pretendido pelo governo é coerente com o produtivismo de seu projeto de Universidade. Para avançar na carreira, o plano impõe que o trabalho do professor deva ser intensificado: pela elevação da carga horária de aulas e pelo aumento do número de alunos por professor. Estimula o professor a vender projetos ao mercado para complementação salarial.

Quando nos opomos à proposta do Governo Dilma reafirmamos nosso compromisso com a Universidade Pública e de crescente qualidade. A geração de conhecimento não pode ser fruto da competição, nem do produtivismo exacerbado, e não acontece em ambiente de trabalho precarizado.

▶ 31 de agosto não é o prazo limite de aprovação do orçamento da União

Esta é a data limite para que a Dilma envie a proposta de orçamento ao Congresso Nacional para discussões e emendas parlamentares. A aprovação da Lei Orçamentária Anual normalmente ocorre até 31 de dezembro.

Após isso, o executivo mais uma vez pode encaminhar PL ou MP (como aconteceu neste ano com o acordo assinado no ano passado dos 4%). O próprio executivo pode sugerir de onde vai remanejar a verba. Aí volta ao CN para ser aprovado no caso de PL. Se for MP, não precisa enviar ao CN.

O que se amplia com isso, é o campo de batalha que será estendido ao parlamento. Os professores terão que montar cerco no Congresso Nacional para alterar o projeto de lei quando o mesmo chegar aquela casa de lei. Temos



que aproveitar esse momento de eleições e pressionar os deputados e senadores. O ANDES-SN e as seções sindicais têm feito gestões junto aos parlamentares em Brasília e nos estados visando

não apenas reabrir as negociações. O movimento dos docentes não está condicionado a nenhum prazo. Só uma negociação séria e responsável pode por fim a greve nas universidades federais.

AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO

Nesta quarta-feira, 29, às 10 horas, haverá audiência pública para discutir impasse entre governo e docentes na greve que entrou no quarto mês.

Os senadores querem juntar as duas partes em uma audiência pública na busca de uma saída para a greve. A audiência contará com as presenças dos ministros da Educação, Aloizio Mercadante, e do Planejamento, Míriam Belchior, e presidentes de associações nacionais de professores, reitores, trabalhadores em educação e de estudantes. A ideia é contribuir para o fim do impasse.

Foi criada, ainda, no Congresso a Frente Parlamentar pela Reabertura das Negociações que solicitou ao governo esclarecimentos sobre as divergências.

A Greve é forte! A luta é agora! A greve continua!

Professores não vão ceder às pressões e autoritarismo

A nossa greve não tem dia e nem hora para acabar, mesmo com o governo dizendo que colocou uma pedra sobre as negociações. A categoria está mobilizada de uma maneira que há muito tempo não se via. E assim deve permanecer.

A política do governo Dilma/PT tem sido a de propor qualquer negociação e de sufocar movimentos legítimos como o nosso. Utiliza de recursos como judicialização, corte de ponto, mentiras, intransigência, truculência e, por último, reafirma o fim das negociações.

Com isso, o governo mostra sua cara de centralizador e de linha dura com o movimento sindical combativo. Nada disso, porém, será capaz de nos enfraquecer. Diante de tentativas desesperadas de desmobilização certamente responderemos com a ampliação da greve e a intensificação da luta.

O embate é contra um projeto de educação desestruturante, que tenta implementar o Reuni 2 com unidades precarizadas e sem as mínimas condições de trabalho. As universidades federais estão inchadas, recebem o dobro de alunos e, com poucas exceções, não têm salas, laboratórios, bibliotecas, equipamentos, limpeza, comodidade. Sem contar que os professores estão há anos sem receber um reajuste que, sequer, suprisse a inflação

do período.

A proposta em marcha é transferir serviços públicos essenciais, como nos casos dos Hospitais Universitários, para entidades de direito privado sem fins lucrativos (uma espécie de pré-privatização). Tem sido este o caso da criação recente da EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A.), com o objetivo de gerir toda a rede hospitalar do governo federal, num nítido processo de conversão gradual dos serviços públicos gratuitos de saúde em mais um mercado para venda de saúde para quem puder pagar.

O governo federal procura levar para dentro do serviço público a reestruturação produtiva, intensificando o trabalho, aumentando a produtividade, da competitividade, terceirizações, enfim, um processo precarização do trabalho e retirada de direitos dos/as trabalhadores/as.

▶ **Farra com dinheiro público** ◀

O governo tem recursos para pagar os banqueiros, para construir obras faraônicas que beneficiam empreiteiras, mas quando se trata de investir em Educação a história é outra. Alega que não há recursos, que a crise se avizinha. Poupem-nos dessa ladainha vazia!

Recentemente, o próprio ministro da Educação Aloísio Mercadante afirmou que não tinha mais de onde tirar recursos para a Educação. Enquanto o governo propôs R\$ 4,2 bilhões, em três anos, para acabar com

a greve do magistério superior, a Câmara Federal aprovou dois projetos de lei interessantes: a LDO, que fixou em R\$ 156 bilhões o superávit primário de 2013, recurso destinado ao pagamento da dívida pública aos banqueiros.

Também autorizou o Tesouro Nacional repassar R\$ 46 bilhões para que o BNDES continue financiando grandes investimentos, como da Vale e Eike Batista, exatamente quem tem os maiores lucros no Brasil. Anistiou, ainda, a dívida de 17 bilhões das faculdades particulares.

▶ **Em compensação, o governo finge que não entende!** ◀

Que os docentes têm uma proposta de carreira que vem sendo construída desde 2010, e que foi apresentada no ano passado após aprovação no Congresso Nacional do ANDES.

Aquilo que o governo apresentou como proposta no mês passado - entre 25% e 45% de reajuste - é insignificante diante das principais bandeiras de luta do movimento que é a reestruturação da carreira, com valorização salarial e condições de trabalho.

▶ **Diante do impasse, restou a categoria flexibilizar!** ◀

Para trazer o governo de volta à mesa de negociações, a categoria decidiu flexibilizar a tão almejada proposta, que foi construída coletivamente, de forma democrática pela base, protocolada desde 2011 pelo ANDES-SN.

A nova contraproposta mantém os princípios conceituais de uma educação pública de qualidade e da valorização da carreira. O documento pede que, a cada degrau de progressão, os professores tenham ajuste de 4% - anteriormente, o percentual desejado era 5%.

O texto aceita o piso salarial sugerido pelo governo, de R\$ 2.018,77 (para professor graduado e com carga horária de 20 horas semanais), e aceita reduzir o degrau de progressão passando de 5% para 4%. Isso significa diminuição no orçamento. Desta forma, a reestruturação projeta a malha salarial entre o piso e o teto propostos pelo governo. Propõe, ainda, a manutenção da paridade entre ativos e aposentados.

▶ **Movimento Unificado** ◀

Por todo o país têm pipocado greves no serviço público federal. O que comprova que a política do governo Dilma está completamente equivocada e precisa urgentemente ser revista. É a articulação dos professores com as demais categorias é de fundamental importância. É por meio da mobilização que poderemos mudar a correlação de forças.

Acreditamos em um desfecho favorável para todos nós. É para isto que estamos lutando. Entretanto, se o governo não estiver pensando nesta direção, ainda temos muito fôlego para lutar.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.
ES CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax: 27. 3227.3908
www.adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

Temístocles de Sousa Luz
vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Thiago Drumond Moraes
1º tesoureiro

Flávia Meneguelli Setubal
secretária geral

Mariane Lima de Souza
1ª secretária

Rafael da Silveira Gomes
1º suplente

Bernardete Gomes Mian
2ª suplente

Susane Petinelli Souza
3ª suplente

Maria Daniela Corrêa de Macedo
4ª suplente

Jornalista Responsável:

Giselle Pereira (Mtb 2644)

Vívia Fernandes (Mtb 447)

Designer Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 1.000 exemplares